

RESENHA

ENERGIA E CLASSES SOCIAIS NO BRASIL (de Antonio Carlos Bôa Nova; Edições Loyola, São Paulo, 1985)

A demanda de energia de uma sociedade depende fundamentalmente da estrutura do setor produtivo, seu nível de atividade e suas opções tecnológicas, da estrutura do setor de transporte, do crescimento populacional e da distribuição de renda dentro do tecido social. Todos estes fatores influenciam direta ou indiretamente, com pesos diferenciados, o nível de consumo de energia. Sendo assim, é claro que a definição de uma política energética exige a existência de um projeto de sociedade. É a partir deste, que cabe colocar as diferentes opções de natureza técnica para a satisfação da demanda futura.

Porém, não tem sido esta a proposta da maioria dos trabalhos realizados na área. Pelo contrário, o planejamento energético tem se caracterizado, salvo honrosas exceções, pela acirrada discussão entre diferentes opções técnicas de oferta de fontes de energia para atender uma demanda projetada em bases históricas, que é entendida como retrato fiel dos desejos da coletividade.

Neste quadro, o livro "*Energia e Classes Sociais no Brasil*" (Antonio Carlos Bôa Nova, Edições Loyola, 1985) traz uma grande contribuição ao se perguntar - e aventurar-se na barafunda de informação disponível no sentido de encontrar uma resposta - para quem esta energia? E para que?

A maneira que o autor encontrou para avançar numa resposta às questões colocadas é a investigação dos destinos finais do fluxo de energia dentro da sociedade brasileira, de maneira a traçar um quadro da repartição social do seu consumo.

Partindo de uma fonte básica de informação, o ENDEF (Estudo Nacional de Despesa Familiar, realizado pela FIBGE entre 1974 e 1975), o autor se concentra no estudo do consumo domiciliar de energia, que representava na época 24% do consumo total do país. A análise é feita por extrato de despesa familiar, que na prática pode ser entendido como extrato de renda (capítulo VII), e por classe e camada social (capítulo VIII).

O autor constata que 61% do consumo familiar de energia corresponde à parcela da residência e os 39% restantes são consumidos em transporte. A extratificação por classes de despesa familiar mostra que o grupo dos 10% mais ricos consome 400 vezes mais energia em transporte que o grupo dos 10% mais pobres. Já na parcela que se destina à habitação, quem gasta mais energia são justamente os mais pobres, o que se explica pelo uso intenso do fogão a lenha que tem rendimento bastante inferior (de 3 a 7 vezes menor) que o fogão a gás, seja este canalizado ou de bujão. Nesta parcela a diferença não se dá ao nível do consumo e sim na composição deste: à medida que se desce na escala de renda, cresce a importância da lenha e do querosene enquanto a energia elétrica e o gás vão se tornando insignificantes.

Estas diferenças de perfil de consumo repercutem na repartição da energia consumida: os 10% mais ricos consomem mais de um terço de toda a energia elétrica e quase metade do petróleo, enquanto os 20% mais pobres consomem 43% da biomassa. Para estes últimos a "crise" do final dos anos 70 e começo dos 80 não estava no encarecimento dos preços do petróleo e sim na escassez de lenha que resulta na expansão do capitalismo no campo.

A análise por classes sociais do capítulo VIII demonstra que a burguesia e a camada média urbana consomem energia principalmente para mover seus automóveis e, já num plano secundário, gás de cozinha e energia elétrica. Em todas as outras classes e camadas (camada média rural, proletariado urbano e rural) o consumo de energia se dá principalmente para a cocção de alimentos, com predomínio na camada média rural e sobretudo no proletariado rural da lenha como combustível. Também no proletariado urbano aparece um uso significativo de lenha embora outras fontes estejam presentes.

Uma conclusão geral importante da análise é que as fontes que proporcionam maior conforto ao usuário e que, ao mesmo tempo, custam mais para a economia nacional - o petróleo e a eletricidade - têm seu consumo fortemente concentrado na burguesia e na camada média urbana.

Projetar a demanda futura de energia em bases históricas é, portanto, contribuir para a perpetuação deste quadro onde todos pagam pelo benefício de uns poucos privilegiados, é ter implícito aos modelos "técnicos" um projeto desigual de sociedade. Nas palavras do autor: mais que uma questão de desigualdade, trata-se de um "...acesso desigual a recursos que são erigidos como prioridade nacional, tanto que a nação inteira é mobilizada, direta ou indiretamente, na sua obtenção. Diante deste quadro é o caso de retomar as indagações

lançadas a propósito dos programas energéticos brasileiros: energia para quem? energia para que?" E passar-se a entender a demanda futura de energia como algo que não se projeta ao futuro e sim se discute.

Um livro cujas idéias se somam com os trabalhos elaborados pela COPPE/UFRJ e pelo extinto Grupo de Energia do IFUSP na análise do consumo social de energia no Brasil e que sistematiza para o grande público questões fundamentais de uma área muito discutida da economia.

DÉLCIO RODRIGUES

Conselho Nacional de Energia/CESP